

DAS ANÁLISES DE BAIN À TEORIA DOS MERCADOS CONTESTÁVEIS: Uma Inversão Metodológica na Construção de um Modelo-Síntese

Ana Maria Fontenele

Professora do DTE/FEAAC-UFC

RESUMO

Este trabalho constitui-se de uma análise da evolução teórica no campo da Organização Industrial apreendido como um Programa de

Pesquisa Científica. Tratamos especificamente da análise das **barreiras à entrada** em momentos teóricos distintos: em Bain e na Teoria dos Mercados Contestáveis (TMC). Esta **evolução** é analisada por meio da crítica interna. Em Bain, o estudo das barreiras à entrada é feito por intermédio do método hipotético-dedutivo, procurando explicitamente formalizar a relação causal entre uma variável indicadora de desempenho e uma indicadora de estrutura de mercado. Neste contexto, a intervenção via políticas públicas é o principal instrumento para abrandar tais barreiras, objetivando uma \sim . A TMC realiza a análise via relações formalizadas - retornando ao método da Microeconomia \sim , objetivando o fortalecimento do papel da competição potencial. Esta análise transforma em firmas competitivas aquelas estabelecidas em estruturas concentradas, invalidando a necessidade da intervenção.

PALAVRAS CHAVES

Programa de Pesquisa Científica: evolução, barreiras à entrada, competição praticável, mercados contestáveis

ABSTRACT

This paper is concerned with the evolution of the theoretical field of the Industrial Organization viewed as a Scientific Research Program. We have worked specially with the category **barriers to entry**, analysed in two distinct moments: for Bain and for the Contestable Markets Theory (CMT). This **evolution** is analysed through the internal criticism. In Bain the study of **barriers to entry** is made using the hypothetical-deductive method with the purpose to formalize the causal links between performance and structural variables. In this context, the public policies intervention is the main tool to soften such barriers, so reaching a **workable competition**. CMT analyses barriers to entry through formalized relations - in an attempt to come back to the Microeconomics method - seeking to strengthen the role of potential competition. This analysis could turn into competitive firms those established in concentrated market structures so pulling out the need of intervention.

KEY WORDS

Scientific Research Program: evolution, barriers to entry, workable competition, contestable markets

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do redirecionamento metodológico ocorrido nas Teorias da Organização Industrial (OI). Pelo estudo destas teorias verificamos que, da apresentação em sua origem como alternativa à tradicional Teoria Neoclássica dos Preços, a OI seguiu uma certa trajetória que levou os teóricos do *mainstream* em Economia a capturá-la, encontrando-se, hoje, incorporada à Microeconomia. O campo da OI é aqui apreendido como um Programa de Pesquisa Científica, cuja origem é o trabalho de Mason (1939). A partir deste **marco teórico**, redesenharmos uma provável trajetória para facilitar a compreensão de seu *status* atual na academia. Apresentamos aqui, especialmente, um movimento detectado neste processo: da análise das barreiras à entrada nos trabalhos de Bain (e de seus seguidores) para a Teoria dos Mercados Contestáveis (TMC). Nossa hipótese é de que o caminho proposto por Bain (o método hipotético-dedutivo) e sua principal categoria teórica (as condições de entrada na indústria) possibilitaram o novo rumo tomado pela OI a partir do final dos anos 70.

Em um momento desta história (mais especificamente a partir da década de 50), Bain tratou a categoria **barreiras à entrada** por meio de um conjunto de fatores que definiriam as possibilidades de ocorrência de lucros extras em firmas estabelecidas, sem, no entanto, se constituírem em atração para firmas ingressantes, ditas potenciais. Esta análise fazia parte de um programa de pesquisa, desenvolvido pelo autor, que seguia a lógica estabelecida na relação causal **estrutura-conduta-desempenho (E-C-D)**, inaugurado por Mason, com o objetivo explícito de formalizá-la. Essa tentativa de formalização, via um tratamento econométrico adequado às observações empíricas, passaram, de uma maneira geral, a confirmar que a taxa de lucro - variável indicadora de performance - estava estatisticamente correlacionada ao grau de concentração de uma indústria - como indicador de estrutura do mercado.

Os trabalhos empíricos em OI iriam, a partir daí,¹ acompanhar a trajetória de evolução das técnicas em Estatística e Econometria, resumindo-se, basicamente, em análises de regressões *cross-section* para o exame das

1. WEISS (1971) fez um levantamento de 54 estudos estatísticos nesta linha. Para referência, veja, por exemplo, dentre os inúmeros 'surveys' que existem sobre o assunto: WEISS (1971) e WEISS (1974).

principais fontes de barreiras à entrada, ou seja, economias de escala, vantagens absolutas de custos, diferenciação de produto e elevados custos iniciais com capital.²

A pesquisa de Bain concluiu que, de uma maneira geral, a ausência de barreiras à entrada seria incompatível com o exercício de poder de mercado no longo prazo, restringindo, assim, o surgimento ou manutenção do monopólio. A competição potencial é vista em Bain pela inexistência ou redução de barreiras erguidas pelas firmas estabelecidas numa indústria, por meio das ações e reações destas, expressas nas condições de entrada para firmas ingressantes potenciais.

Em um outro momento, mais precisamente no ano de 1982, Baumol, Panzar e Willig apresentam em livro uma análise sofisticada das barreiras à entrada, num modelo - com um nível bem maior de formalização, quando comparado ao de Bain - que incorpora casos de entrada livre e sem limites, com saída sem custos, situação denominada '**contestabilidade perfeita**'. Este livro³ explicitava dois objetivos: primeiro, o de apresentar uma teoria formalizada e unificadora para a Organização Industrial; segundo, o de unificar a OI com a Microeconomia propondo um *status teórico* de modelo síntese.⁴

-
2. Embora amparado no esquema de análise **masoniano**, os trabalhos originais de Bain, de uma certa forma, afastaram-se de alguns de seus princípios. Primeiro, porque o elo **comportamento da rede causal** não se apresentava, de forma explícita, em seus trabalhos; segundo, porque Bain priorizou a busca de generalizações mediante técnicas de investigação empírica mais avançadas, já disponíveis à época, diferenciando-se, portanto, dos estudos de Mason. Objetivando as generalizações, a relação a ser testada entre estrutura e performance passava a ser sugerida por uma teoria *a priori*. Desta forma, o autor inaugurava, explicitamente no campo da OI, a prática fornecida pelo método hipotético-dedutivo para a investigação científica, exposta nos seus e em inúmeros outros trabalhos econometríticos *cross-section* que a estes sucederam.
 3. Intitulado **Contestable Markets and The Theory of Industry Structure**.
 4. Este livro constitui-se, mais propriamente, de uma síntese preparada por estudos aprofundados dos inúmeros artigos escritos pelos próprios autores sobre o assunto, bem como os de BAILEY (1981), de onde capturaram os conceitos de subaditividade de custos, economias de escala no raio, economias de escopo etc., imprescindíveis à construção teórica em processo.

Manipulando teoricamente os conceitos de subaditividade de custos, economias de escala no raio, economias de escopo etc., os autores trabalharam, com detalhes, o conceito de **contestabilidade**, por meio de uma abordagem teórica (a TMC) que pode ser classificada, por seu modo de investigação e apresentação, como pertencendo à teoria da 'Nova OI'. Uma das peças centrais desta teoria constitui-se da ação máxima da competição potencial, com o interessante resultado que torna o monopolista puro tão inibido pelas ameaças de entrada das ingressantes potenciais que este é levado a praticar o preço de um mercado perfeitamente competitivo.

O objetivo específico deste trabalho é o de expor esta passagem do tratamento teórico prestado pelo *mainstream* em Organização Industrial, representado aqui pela pesquisa de Bain, para aquele apresentado nas novas escolas da OI, aqui representadas pela TMC. Para a análise deste processo selecionamos a categoria '**barreiras à entrada**', vista nos dois momentos teóricos citados: nos trabalhos de Bain e na sua importante presença para a TMC. A escolha dessa categoria deve-se não somente ao fato de ela ser o elemento central nessas duas orientações teóricas, mas, também, por considerarmos que foi exatamente a existência desta peça teórica chave que desencadeou o início do processo de passagem da OI tradicional ou clássica para a Nova OI. Acreditamos ainda que a mudança ocorrida no campo deveu-se principalmente às questões relacionadas à validação de teorias no meio acadêmico e, especificamente, neste caso, ao papel da política como um regulador do mercado.

O tratamento destas teorias será feito por intermédio da leitura do método de investigação e apresentação, seguido por elas e pelas concepções de progresso do conhecimento apresentadas por Kuhn (1987), Feyerabend (1989) e Lakatos (1979).

1. O MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO PARA APOIAR GENERALIZAÇÕES SIMPLES: OS ESTUDOS *CROSS-SECTION* DE BAIN NO EXAME DAS BARREIRAS À ENTRADA

Bain faz sua opção metodológica logo no início do prefácio do seu livro *Barriers to New Competition* (1956): "... este trabalho *empírico* tem se destinado a testar as predições de uma teoria sistemática *a priori*" (p. v, grifo nosso). Justifica

a utilização do esquema **masoniano**, ao reconhecer a necessidade de se comprovarem as ligações entre estrutura de mercado e performance, principalmente no que diz respeito à importância que estas ligações possam ter para as sugestões de políticas públicas. O trabalho materializado nesse livro deveria representar claramente um esforço de dar uma continuidade às principais indicações de Mason, consignadas nas análises dos esquemas teóricos **E-C-D**, expressos por meio de um Programa de Pesquisa e de um Programa de Ação Política no sentido de Lakatos (1979).

Bain realizou uma pesquisa pioneira, complementando seus estudos anteriores sobre concentração, condições de entrada e lucratividade,⁵ associando, às medidas de concentração, a presença de barreiras à entrada de novas firmas. Esta associação apresentava-se como elemento explicativo da lucratividade e foi investigada com base em entrevistas e questionários dirigidos a vinte indústrias americanas da amostra, além de dados de censos e relatórios.

O caráter e o significado das condições de entrada são levados em conta por meio da ênfase sobre a força da competição potencial, vista pela ameaça de entrada de possíveis novos competidores na indústria. Este reforço é justificado, tendo em vista que a maioria dos estudos davam, até então, uma maior importância - para ele, de “*forma desproporcional*” - à competição efetiva entre as firmas já estabelecidas com leve atenção à competição potencial. Esta leve atenção apenas se referindo, às vezes, à entrada **fácil** ou **difícil**, advinha do tratamento deveras simplificado prestado a esta categoria pela teoria dos preços para mercados imperfeitamente competitivos ou não-atomizados. Como os trabalhos empíricos eram, até aquele momento, guiados por esse esquema teórico, não lhe davam a importância devida. Neste modo de expor e justificar seus objetivos, o autor apresenta seu trabalho tendo como propósitos um avanço teórico e um progresso empírico.

Bain expõe suas razões para aprofundar as análises teóricas anteriores sobre as condições de entrada por meio do papel que estas exercem para a organização dos mercados: “.... acreditamos na influência substancial (das condições de entrada) sobre o comportamento e performance de mercado. A força

5. Veja, por exemplo, BAIN (1951a) e BAIN (1951b).

da competição potencial pode ser vista como um regulador de preços e produto de uma importância comparável à da competição efetiva.” (BAIN, 1956, p. 19, grifo nosso)

As razões para a investigação empírica eram ditadas, pois, pela necessidade de se conhecer o possível impacto esperado sobre a performance do mercado, advindo de mudanças nas condições de entrada. (*Op. cit.*, p. 19) Procurar respostas para estas questões justificaria, então, os testes empíricos, o que levou o autor a elaborar uma teoria *a priori*, ou seja, um aprimoramento teórico como fonte para o conhecimento das prováveis consequências sobre a performance decorrentes da estrutura de mercado.

De uma forma geral, suas principais conclusões teóricas são apresentadas, num contexto *a priori*, em três espécies distintas de situações para o oligopólio: quando a entrada é **impedida de uma forma ineficaz**; quando a entrada é **efetivamente impedida** ou assim se torna depois da atração à entrada de um número limitado de firmas; e quando a entrada é, de início, já **bloqueada** ou se aproxima deste bloqueio, por meio de uma sucessão ininterrupta de valores que a impediam de forma não-efetiva.⁶

Lembremos que, naquele momento, a comunidade acadêmica, interessada nos estudos da organização da indústria, acreditava, de uma maneira geral, que a aceitação de uma teoria deveria passar, de algum modo, pela constatação de sua ação no real. Esta ação pode ser vista, do ponto de vista metodológico, por intermédio das diversas formas de avaliação teórica, ou seja, pela necessidade da confirmação ou do falseamento ou de qualquer outra indicação do ponto de vista empírico. O método hipotético-dedutivo, amplamente seguido no processo de avaliação e escolha teórica em qualquer área da ciência econômica moderna, é construído com base nestas posições gerais diante do empírico, e o processo de confirmação é tido como o principal guia. A idéia básica é de que a produção científica precisa, obrigatoriamente, submeter-se ao teste da experiência. A escolha deste teste, em Bain, é a busca de confirmações para suas predições.

6. Conclusões extraídas das páginas 40-1 do livro em exame.

Nessa onda, os trabalhos em OI, aqui representados pelos estudos de Bain, buscavam, nos métodos baseados na indução, uma espécie de delimitação do tipo **divisor de águas** que apartasse as teorias com base empírica - que, em princípio, se aproximariam do real retratando-o de alguma forma - daquelas embasadas na dedução, com a possibilidade de terem surgido das mais simples abstrações.

Apesar das limitações de dados, o critério de científicidade para Bain é a verificação que se realiza mediante observações do real e de seus tratos estatísticos. Suas previsões serão testadas de acordo com suas hipóteses. Estas até poderiam ser transformadas em teses ou verdades científicas, após sua confirmação. Cabe lembrar que a confirmação aqui tem o sentido pleno do seu conceito como categoria da metodologia. **Confirmar** não significa de nenhuma forma **provar**, o que corresponde a dizer que **não confirmar** não significa de forma alguma que a hipótese seja **falsa**.

Na exposição do conteúdo e organização do volume, Bain descreve exatamente os passos do método hipotético-dedutivo. As previsões apresentadas são deduções lógicas gerais da teoria delineada, referindo-se às consequências de alguns tipos de condições de entrada logicamente possíveis e não propriamente a nenhuma espécie observada nas indústrias reais. É interessante também observar que a teoria *a priori* na qual se fundamenta Bain é uma teoria operacionalizável no sentido de Samuelson. Suas previsões são, de alguma forma, alusivas às situações que têm algum significado real, mesmo que não se refiram especificamente a nenhum caso especial. A partir da verificação, seriam desenvolvidas generalizações empíricas no que diz respeito à medida e ao padrão das diferenças entre as condições de entrada para as diversas espécies de indústria. Finalmente, proceder-se-ia aos testes de associações das condições de entrada à performance, aceitando ou rejeitando essas associações. (BAIN, 1956, p. 43) Bain acreditava que, apesar dos fatores limitantes, seria possível desenvolver um trabalho que valesse a pena apresentar para a discussão na comunidade acadêmica com a pretensão de enfatizar, principalmente, as análises das regressões *cross-section*, com ricos resultados.

A capacidade que a grande empresa tem de modificar seu próprio ambiente faria parte destes resultados e seria de alguma forma expressa na relação entre estrutura e desempenho. Desta forma, a ação das firmas dentro de uma indústria ameaçada pela entrada potencial modifica o ambiente tanto interna

como externamente, expressando as estratégias antes só vistas nos modelos de oligopólio nas apresentações tipo Cournot. Apesar de seus testes não captarem este resultado, Bain intencionava utilizá-los para fazer sugestões de políticas públicas. Baseado nos resultados de seu estudo, limita suas sugestões à forma como a política pública poderia tratar as condições de entrada para estimular uma competição praticável. O autor recomenda um cuidado especial com tais políticas dada a possibilidade de ocorrerem efeitos adversos sobre a eficiência e estabilidade, efeitos estes às vezes imprevisíveis. Esta posição cuidadosa, no que diz respeito aos prováveis efeitos colaterais da intervenção, confere, contraditoriamente, aos formuladores de política pública, um poder extremo, que é o de conseguir contabilizar os efeitos positivos com as compensações dos negativos.

A partir de uma análise global, Bain faz sua avaliação seguindo sempre a mesma estrutura de apresentação. Aponta sugestões de políticas quando existem barreiras por economias de escala, vantagens absolutas de custos das firmas estabelecidas, forte diferenciação de produto etc.⁷ Ao fazer este exame, expõe claramente suas posições normativas pelo tratamento que dá às correções das razões efetivas que impõem a construção de barreiras à entrada. A intervenção sugerida por Bain é uma intervenção polida, no sentido de que é abrandada propósitadamente para tomar uma dada forma - neste caso, a da competição praticável. Dentre as conclusões gerais que servem de fomento para sugestões de políticas públicas, Bain chama atenção para o fato de que a performance de mercado em indústrias altamente concentradas estariam em um nível melhor, do ponto de vista social, se estas não fossem protegidas por barreiras à entrada: “**Concentração elevada pode ser um fenômeno relativamente inócuo se as barreiras à entrada fossem reduzidas a um nível moderado.**” (Op. cit., p. 218, grifo nosso).

Seguindo a linha dos trabalhos de Bain, os inúmeros estudos empíricos posteriores sedimentaram um tipo de orientação em OI, expressa pela necessidade de se testar empiricamente a relação entre uma variável indicadora de desempenho (como a variável dependente) e uma variável

7. Não é nossa intenção analisar todos os resultados empíricos de Bain, mesmo porque estes estão apresentados com seus detalhes nos livros do autor. Cabe-nos, portanto, de acordo com nossos objetivos, apenas a análise do seu processo de construção científica.

indicadora de estrutura (como variável independente), passando, então, a usar as sugestões do autor de acrescentar um nível de concentração, como variável-chave de estrutura, o nível das barreiras à entrada para fornecer a avaliação do poder de mercado de firmas em oligopólio. O manuseio repetido de dados empíricos levou os autores destes estudos a tratar, por exemplo, um índice (estimado) elevado de concentração como sinônimo de existência de oligopólio e o estudo das relações expostas pelos resultados estatísticos como explanação do funcionamento destes mercados concentrados.

Tudo se passava como se os resultados projetados estatisticamente falassem por si, criassem autonomia e se confundissem na própria teoria. O exercício do processo de confirmação, como etapa do método hipotético-dedutivo trabalhado por Bain, fase a fase, passou a representar a fase importante da construção teórica, onde os experimentos estatísticos eram variados pelas mudanças de setores em estudo, regiões etc., que geravam novas hipóteses e, portanto, novos testes.

Em resumo, a inovação de Bain para o estudo da OI geralmente é associada ao tratamento das barreiras à entrada e análise das condições de entrada, eleita como a peça teórica central para o estudo das estruturas de mercado. Para isto, o autor introduziu a análise de seus determinantes em dois momentos distintos de sua investigação, aprofundando, no plano teórico, as hipóteses sobre seus determinantes - de onde sairiam previsões testáveis - e buscando a confirmação empírica dessas previsões.⁸

A investigação empírica em Bain fazia parte, então, de um programa de pesquisa claramente definido pela trajetória do autor. O processo de verificação completaria as fases de um método indutivo, no qual as previsões testáveis eram sugeridas por uma teoria *a priori* - que ele próprio sistematiza -, com hipóteses indicadas pelo real, para que se tornassem significativas.

8. Essa orientação é oriunda de alguns trabalhos anteriores de Bain. Em *A Note on Pricing in Monopoly and Oligopoly*, de 1949, o autor expõe sua primeira teoria do preço-limite, numa investigação acerca da formação de preços em oligopólio. Neste caso, a ameaça à entrada impunha um limite superior para os preços, determinados num nível em que as firmas líderes se sentissem protegidas da atração à entrada de novas firmas, ingressantes potenciais. Dessa forma, as firmas se aproximavam do preço competitivo, maximizando lucros a longo prazo.

Neste contexto, Bain trabalha, de alguma forma, o comportamento estratégico por meio de ações e reações das firmas estabelecidas e pretensas ingressantes, com a dinâmica inserida necessariamente nesse experimento teórico. É valioso observar que, neste aspecto, há uma diferença de qualidade na elaboração da pesquisa científica quando se passa do teórico para a análise empírica, a qual, pela técnica estatística utilizada, fica impossibilitada de expressar essa dinâmica.

Devemos ainda salientar que neste programa os principais conceitos trabalhados por Bain para investigar o comportamento do oligopólio foram claramente retirados dos modelos de concorrência pura. De certa forma, estes constroem os modelos imperfeitos, agora, porém, com um toque operacional *a la Samuelson*. Desse modo, as condições de maximização de lucros a curto e longo prazos, o lucro extra-econômico nas situações de atração de entrada, o aparente ganho de bem-estar social obtido pela ação de prevenir a entrada, quando as firmas estabelecidas chegam a renunciar a lucros extras no curto prazo e, ainda, vários outros comportamentos teóricos criados para a investigação dos principais determinantes de barreiras à entrada acabam por desenhar também um mercado imperfeito, agora, contudo (diferente de anteriormente em Chamberlin, por exemplo), possível de ser verificado.

A forte presença da concorrência potencial, aliada a alguma concorrência efetiva entre as firmas estabelecidas, reduziria as injustiças da concentração. O mercado que dita o preço na concorrência perfeita é, então, substituído de maneira imperfeita pela ação da firma líder, que assim se torna por estar em melhores condições. Passa-se, pois, à idéia e magnitude de um preço-limite, que forneceria alguma medida de quão imperfeita seria essa substituição. De alguma forma, o mercado perfeito atomizado é substituído por um mercado imperfeito, cuja regra é ordenar à firma principal - a líder - a determinação de um preço.

Trabalhar estas categorias com a intenção de criar alternativas à teoria tradicional gera uma certa insegurança, ao se tentar inovar diferenças entre conceitos, quando estas muitas vezes não existem. O interessante é que esta é uma questão sempre presente no trato teórico alternativo do oligopólio. O preço de mercado é sinônimo de preço competitivo, referindo-se ao mercado atomizado como se este fosse a única forma de organização possível, posto que é a única desejável. As regras de determinação de preços de mercados em oligopólio têm especificações próprias. Todavia, a forma de apresentação

se faz como se tais regras não fossem frutos do comportamento de um mercado, mesmo que dominado por uma ou poucas firmas, com maneiras de agir, por serem ativas, totalmente diversas. Em Mason, os estudos de casos provocavam algum distanciamento desta questão, uma vez que iriam expor, ainda posteriormente, o delineamento do mercado concentrado. Em Bain, essa questão se mostra de maneira mais clara, uma vez que expõe as regras diferentes de determinação de preços como se estas não se referissem ao preço de mercado, mas, sim, ao oligopólio, um mercado pelo menos diferente. Em ambos os autores a diferença é claramente a modificação do ambiente, provocada pelos agentes deste mercado, com uma evolução teórica adicional em Bain, ao assumir o comportamento estratégico comprovadamente presente nas estruturas concentradas.

Assim, a profusão de pesquisas posteriores semelhantes decorreram da forte atração dos trabalhos empíricos de Bain. A inovação, no que diz respeito ao trato empírico de variáveis que correspondiam às análises teóricas formuladas para possíveis previsões, exerceu esse fator de atração sobre todos aqueles que questionavam a Microeconomia tradicional. Esta consequência, no entanto, conduziu a produção teórica em OI para um terreno perigoso, com o risco de aportar no campo minado de medidas sem teorias.

Esse ponto pode ser analisado, por exemplo, considerando a maneira pela qual os livros-textos⁹ abordam este momento da pesquisa em OI. Os autores dos livros-textos chamam atenção para as espécies de problemas mais freqüentes que poderiam ocorrer em *approachs* estatísticos que buscasse ser compatíveis com **ricas** concepções teóricas sobre o funcionamento da indústria. A partir daí expõem pacientemente as medidas mais comumente utilizadas para a lucratividade como indicadora de performance, níveis de concentração e barreiras, como indicadoras de estrutura e demais medidas para várias outras possíveis ‘variáveis explicativas’.

Aqui chamamos novamente a atenção para a aparente autonomia que adquire o trabalho estatístico em si, o que nos levou ao alerta da medida sem teoria. A praticabilidade da utilização de um modelo - cujo poder de penetração na comunidade acadêmica é potencializado pela facilidade crescente na

9. Veja, por exemplo, SCHERER *et alii.*, capítulo 11, p. 413.

utilização de técnicas estatísticas e pelo uso elegante da econometria - faz com que o modelo em si, com sua técnica implícita, venha a ser o que importa. Generalizada essa prática, a discussão na academia passa a se caracterizar pelas avaliações da adaptação de amostras, pelos valores das medidas de precisão estatística, pela investigação pura e simples da regra funcional a ser estimada, pelas adições ou retiradas de argumentos que tornem os testes estatísticos mais precisos etc. Passa, então, ao largo, a investigação acerca da própria causalidade indicada por essas regras matemáticas, levando a pesquisa em OI para longe de formulações teóricas que fortalecessem seu núcleo rígido, identificado pelo estudo da formação e modos de manutenção de estruturas concentradas de mercado.

O importante não é que as questões de causalidade, que representam a lógica do esquema teórico E-C-D, estivessem sendo desprezadas, mas que esta discussão passava agora a limitar-se aos possíveis problemas advindos do nível de agregação da pesquisa, à possibilidade de se incluir um comportamento dinâmico ao nível de confiança dos testes, à constatação de coeficientes de correlação robustos etc., distanciando-se o pesquisador, muitas vezes, das próprias previsões teóricas a que os testes deveriam dizer respeito.

No plano da construção teórica, o rumo que tomou a investida de Bain para a formulação de generalizações elegantes - e até certo ponto simples -, em nível de indústria, via utilização de métodos econométricos, adaptou-se a uma necessidade de pesquisa empírica em Economia, juntamente com a ambição dos teóricos de captar, explicar e prever o real do mundo que tem mercados dominados pela ação do oligopólio. A contraposição à Teoria Microeconômica tradicional faz com que os estudiosos da área se achem no dever de formular, como esta é, uma teoria também elegante, também formalizada, também simples, mas com alto poder de explicação e aproximação do real, objetivando um *status elevado* para ganhar o mercado dos *mainstreams*.

Nesse contexto, a Econometria oferece uma extensa, certa e refinada ferramenta, mas tudo indica que seu próprio uso intenso na área, com a ilusão do refinamento, expõe uma forte fragilidade. Seguindo este caminho, a OI constituiu-se uma teoria alternativa? Ou, como comenta Blaug, degenerou-se “*em um tipo de instrumentalismo sem pensamento*” (1993, p. 330) como normalmente ocorre na maior parte dos trabalhos empíricos na economia moderna?

É exatamente neste ponto que introduzimos nossa justificativa do porquê da mudança de rumo que toma a pesquisa em OI com a introdução da Teoria dos Mercados Contestáveis. Com a repetição dos resultados empíricos, a pesquisa fica sem atração. Foi neste ambiente de construção da OI que Baumol, Panzar e Willig apresentaram seus desenvolvimentos teóricos como unificação das Teorias da Organização Industrial e propuseram, por meio desses estudos, uma síntese com a Microeconomia. Para dar procedimento aos nossos objetivos, passaremos agora à análise de reconstrução metodológica da TMC.

2. A TEORIA DOS MERCADOS CONTESTÁVEIS: REEDIÇÃO SOFISTICADA DOS BENEFÍCIOS DO ALTO GRAU DE COMPETIÇÃO PELA ENTRADA ULTRALIVRE COMO PADRÃO NORMATIVO

Em 1986, Baumol e Willig fizeram uma exposição do que eles consideravam as principais consequências da apresentação da TMC que introduziram, juntamente com John Panzar, no livro de 1982.¹⁰ Dentre os principais “desenvolvimentos desde o livro”, Baumol e Willig focalizam quatro aspectos, ou seja, os avanços teóricos, os estudos econometrícios que tratam com funções custo de firmas multiproduto, os estudos de simulação para verificar algumas características dos mercados contestáveis e, por fim, os desenvolvimentos políticos decorrentes deste conceito. Estas consequências dizem respeito tanto às sugestões teóricas quanto às repercussões práticas para as formulações de políticas, essencialmente com relação às políticas antitrustes.

Numa primeira apreciação, essa espécie de avaliação da TMC era exposta para referendar os resultados considerados positivos, bem como para corrigir os prováveis resultados negativos (não sendo estes deduzidos, necessariamente, dessa análise teórica). O esquema desse artigo advém dos objetivos e propósitos da TMC, apresentados também no discurso de Baumol para o 94º encontro da *American Economic Association* em 1981.¹¹ O autor

10. O livro que apresenta a TMC traz também a colaboração essencial de outros autores para a elaboração dos conceitos em que se baseiam algumas de suas conclusões, dos quais são especialmente citados Elizabeth Bailey, Dietrich Fischer e Herman C. Quirmbach.

11. Publicado na AEA em março de 1982.

apresenta a TMC como uma proposta inovadora, sugerindo, nessa apresentação, uma reversão metodológica se se compara seu trabalho àqueles até então desenvolvidos em OI. Na proposta de modelo-síntese, a nova teoria estava colocada num alto nível de abstração, comparáveis aos da Teoria Microeconômica tradicional.

Nossa análise segue aqui o esquema proposto pelos autores e consiste basicamente da análise do processo de investigação e apresentação da teoria, procurando não nos aprofundarmos, em demasia, nos conceitos, desenvolvimentos e resultados teóricos em si quando estes não forem fundamentais para nossa análise.

Ao apresentar a TMC, Baumol (1982) expressa um entusiasmo e um prazer quase nunca ou pouco visto num ambiente de discussão acadêmica: “... *devo resistir à tentação de descrever a análise que apresento aqui como algo semelhante a uma revolução.*” (BAUMOL, 1981, p. 1, grifo nosso) Logo em seguida, numa expressão que mais reforça do que enfraquece essa colocação, corrige: “*Talvez os termos ‘rebelião ou ‘levante’ (uprising) adaptem-se melhor.*”

Para Baumol, a TMC não é apenas uma teoria alternativa, mas uma verdadeira teoria revolucionária no sentido **kuhniano** (KUHN, 1987), procurando inclusive preencher o conceito de Programa de Pesquisa Científico **teórica e empiricamente progressivo**, adicionado ao fato de este conter um Programa de Ação Política também **progressivo** no sentido de Lakatos (1972). Esta concepção está exposta, logo de início, pela utilização de termos-chaves. O autor se utiliza de metáforas do tipo: ‘camaradas’, ‘rebelar-se’, ‘companheiros de armas’, ‘causa comum’ etc. apreendidas dos manifestos e panfletos que projetam uma revolução social, para projetar sua análise como uma nova ordem teórica. Essa nova ordem não pretendia, nos seus propósitos, romper propriamente com as anteriores, mas sobrepor-se a estas com uma estrutura de análise pretensamente mais avançada. Com este linguajar, a TMC é posta como uma revolução teórica, anulando algumas propostas anteriores e procurando englobar outras, como podemos observar na seguinte colocação de Baumol:

“É tentador para mim, é claro, aceitar o ponto de vista de que nosso livro é o verdadeiro **evangelho da rebelião** e que as doutrinas publicadas por outros devem ser combatidas como **heresias.**” (1982, p. 1, grifo nosso)

Imediatamente depois, Baumol insere a TMC numa série de teorias, declarando-se em débito com seus predecessores - “*de Bertrand a Bain, de Cournot a Demsetz*” (alguns hereges?) - qualificando-a como avanço teórico e empírico relativamente a estas. Pelo tipo da apresentação, Baumol procura cumprir, em um momento, as condições de Kuhn para o progresso da ciência e, em outro, as de Lakatos, para não restarem dúvidas acerca da superioridade de sua teoria. A la Feyerabend (1989), procura unificar o campo, por meio da TMC, tentando ‘colar’ no seu arcabouço teórico o que podia ser unido, dentre um conjunto de trabalhos motivados pelo lema de que “tudo vale” em nome do progresso da ciência.¹²

Os fundamentos desta nova proposta teórica são colocados no Prefácio como uma resultante, aparentemente inevitável, de estudos avançados, realizados por diversos autores¹³ em trabalhos elaborados cuidadosamente, com a prescrição da simplicidade para a criação de seus conceitos e relações econômicas que estes envolvem e que poderiam prover e prever fatos novos.

A empolgação dos autores é algo que chama atenção¹⁴ tanto no que diz respeito à teoria em si e seus resultados para a prescrição da política pública como no que se refere à forma de investigação e construção teórica, advinda de um processo interativo, qualificado como ‘*fonte constante de prazer e excitação para seus participantes*’.

Baumol afirma a superioridade de sua teoria quando comparada à concorrência perfeita, às teorias do oligopólio e no que diz respeito às condições para ordenar os graus de desempenho dada a imperfeição dos mercados. Em substituição aos resultados do equilíbrio geral competitivo, considerado o padrão único de estrutura e comportamento para a

-
12. Para uma leitura mais profunda acerca destes critérios, veja os livros dos respectivos autores apresentados na nossa bibliografia além do resumo feito pela autora na tese de doutorado já indicada.
 13. Dentre estes, são citados: Gerald Faulhaber, Edward Zajac, além dos próprios autores do livro e seus colaboradores mais fortes, cujos nomes são constantemente lembrados quando se trata dos conceitos utilizados pela TMC, ou seja: Elizabeth Bailey, Dietrich Fischer, Herman Quirmbach além de Thijs Raa. Baumol *et alii* agradecem enfaticamente aos centros que proporcionaram suas pesquisas: New York University, Bell Laboratories e a Princeton University.
 14. Veja, por exemplo, à página 1 do Prefácio, o teor de otimismo constante no discurso de Baumol e os comentários de SHEPHERD (1984) sobre esta questão.

maximização do bem-estar, a TMC fornece uma generalização do conceito de mercado perfeitamente competitivo, via **mercado perfeitamente contestável**, com comportamento ótimo aplicável a qualquer estrutura industrial, incluindo o monopólio e o oligopólio. A contestabilidade perfeita, apesar de afastada do real, “serve principalmente ... como uma referência para uma organização industrial desejável que é bem mais flexível, e de aplicação bem mais ampla, que aquelas disponíveis até o momento.” (BAUMOL, 1982, p. 2)

Atingir o ótimo não seria, então, resultado exclusivo para mercados perfeitamente competitivos, reduzindo-se a eficiência alocativa à medida que se reduz o número de firmas na indústria. Qualquer mercado contestável poderia comportar-se de forma a obter os resultados ideais, embora possa não necessariamente ocorrer para todos os oligopólios e monopólios nos mercados reais. A este respeito, assevera Baumol:

“O oligopólio contestável que atinge um equilíbrio que o imuniza de incursões de firmas ingressantes tem somente uma única opção de preços - deve determinar seus preços ao nível do custo marginal e agir da forma requerida para a obtenção do ótimo.” (Op. cit. p. 2, grifo nosso)

Com um esquema de análise baseado nesse ambiente, a TMC busca - pela limitação do poder de monopólio implícito no significado da contestabilidade - expandir o domínio da mão invisível, complementando os objetivos centrais para os quais ela foi formalizada, como o próprio Baumol expõe nas conclusões de seu discurso:

“(a nova teoria)...pretende oferecer nada menos do que uma teoria unificadora como fundamento para a análise da organização industrial. Permite o reexame dos domínios da mão invisível, produz contribuições para a teoria do oligopólio, fornece um referencial mais abrangente e amplamente justificável do que a teoria da concorrência perfeita para a política econômica, e leva a uma teoria que analisa a determinação da estrutura da indústria endógena e simultaneamente à análise de outras variáveis mais tradicionalmente tratadas pela teoria da firma e da indústria.” (1982, p. 15)¹⁵

15. Tradução sugerida por Elizabeth Farina, em artigo sobre a TMC na Revista Estudos Econômicos do IPE/USP, 1990, bem como a tradução de outras passagens por nós utilizadas.

Neste momento chamamos atenção para a posição pretendida pela TMC com relação à Teoria da Concorrência Perfeita e às Teorias da OI. A concorrência perfeita é vista por meio de seus resultados ótimos e suas firmas tomadoras de preços. As Teorias da OI - as quais os autores da TMC chamam de ‘padrão’ - referem-se, basicamente, nestes trabalhos, à análise de Bain e à ligação causal entre estrutura e desempenho da indústria. Seguindo a montagem teórica da TMC, a hipótese de firma tomadora de preços é substituída pela rápida entrada livre e saída sem custos. A análise das barreiras à entrada de Bain é substituída pela máxima contestabilidade do mercado e determinação endógena da estrutura industrial, que poderia inclusive reverter a relação causal entre estrutura e desempenho.

Existe ainda a ruptura com a linha metodológica da OI, mediante um retorno à abstração da Teoria Microeconômica tradicional com pressupostos declaradamente irreais, mas com uma ‘enorme’ capacidade de fornecer *insights*, tanto para novos desenvolvimentos teóricos como para previsões de fatos, inclusive por meio de trabalhos empíricos. Vamos direcionar o restante de nossa análise para estes aspectos da TMC, uma vez que são estes, também, os privilegiados pelos seus autores, que sempre se referem a uma **nova** teoria, e às antecessoras, como as **velhas** teorias.

Quanto à endogeneidade da estrutura industrial, por exemplo, as **velhas teorias** são assim apresentadas na seguinte passagem de Baumol:

“Na teoria mais velha, a natureza da estrutura industrial não era geralmente explicada pela análise. Era de fato, dada exogenamente, com os fatos determinando, aparentemente de forma meticulosa, que uma indústria seria organizada sob a forma de oligopólio, outra como monopólio, e uma outra como competidores monopolistas. Supondo que este destino tenha sido de alguma forma revelado, a análise mais velha passou a investigar as consequências da estrutura industrial dada exogenamente para a determinação de preços, produtos, e demais decisões.” (Op. cit., p. 3)

As **novas** análises, contrapõe o autor, são radicalmente diferentes quanto a este aspecto:

“Em nossa análise entre outras, uma estrutura industrial é determinada explicitamente, endogenamente, e simultaneamente com os preços, produtos, publicidade, e demais decisões das firmas das quais (a indústria) está constituída. Esta, talvez, seja uma das melhores contribuições das novas análises teóricas.” (Idem, p.3)

O desenvolvimento dos principais conceitos, baseados nos quais foi construída a **nova teoria**, é apresentado no livro de Baumol, Panzar e Willig (1982), pela **Introdução** escrita por Bailey, que salienta a importância dessa produção teórica, colocando o livro como a construção dos fundamentos de uma nova teoria para a organização industrial, com potencial para gerar uma verdadeira ‘**transformação**’ do campo e acarretando muito mais possibilidades de aplicações para o mundo real. Estava iniciada, assim, uma transição para uma nova teoria em OI que poderia “*encerrar a riqueza e amplitude do mundo real e ao mesmo tempo conservar um forte apoio em teoria.*” (p. viii)

De uma forma simplificada, a TMC estuda as conexões de três ordens de fatores: as características das técnicas de produção disponíveis, a dimensão do mercado e a concorrência potencial. Esta conexão foi construída para fundamentar contribuições teóricas que objetivassem, específica e principalmente, a determinação endógena da estrutura de mercado, a formalização analítica do papel da concorrência potencial, a extensão da ação da mão invisível para solucionar problemas de alocação intertemporal de recursos e a análise de indústrias compostas por firmas multiprodutos, examinando as características inerentes das técnicas produtivas associadas às referidas firmas. Estes objetivos foram unidos em torno do conceito de **contestabilidade**. Mas, por que **contestável**?

Contestar significa “*lutar, discutir, questionar, competir, rivalizar, disputar*”. Daí, ser este, então, o termo apropriado para compor uma teoria que pudesse, por exemplo, examinar “*o número requerido de firmas para produzir o vetor de produtos da indústria, ao mínimo custo, dadas as características de suas funções custos*” (BAUMOL et alii, 1982, p. xix) num ambiente em que a competição potencial representasse um papel preponderante. Esta análise foi apresentada inicialmente com uma conotação até certo ponto normativa, uma vez que explicava o caráter da estrutura industrial ditado pela eficiência produtiva.

A utilização dos conceitos envolvidos na noção de contestabilidade fundamenta a análise da estrutura de mercado, principalmente no que se refere à determinação do grau de concentração da indústria e ao nível de eficiência. As firmas daqueles setores que conseguissem, por exemplo, aproveitar economias de escala e escopo teriam possibilidades de alterar a estrutura de mercado em que operam, podendo torná-lo mais concentrado. No limite, o monopólio natural poderia ocorrer quando a eficiência econômica exigisse que apenas uma firma dominasse a indústria. Operando seus conceitos, a TMC procura identificar a configuração da estrutura industrial que é eficiente - nos termos da teoria tradicional, se monopólio, oligopólio ou concorrência perfeita - para a produção do vetor de bens consistente com a dimensão do mercado em análise.¹⁶

Numa caracterização simples e geral, o que orienta a teoria da contestabilidade é a força da competição potencial representada pela possibilidade de entrada reversível, sem custos. Esta idéia, aliada aos demais conceitos, criou um mercado idealizado com aplicação para um **mercado perfeitamente contestável**, onde a entrada é livre e a saída é sem custos, e as firmas podem ser caracterizadas por economias de escala e escopo, mas não têm barreiras à entrada. (BAUMOL et alii, op. cit., p. xx)

Para a caracterização mais completa dos mercados perfeitamente contestáveis, supõe-se que as ingressantes enfrentam o mesmo conjunto de técnicas produtivas e demandas de mercado que as firmas estabelecidas. Neste aspecto, as novas firmas não enfrentam, portanto, nenhuma desvantagem com relação àquelas já estabelecidas. É exatamente para representar esta condição, que os autores usaram a expressão '*liberdade de entrada*'. Obviamente, para um mercado deste tipo não deve existir impedimentos legais para entradas e saídas de firmas na indústria. À saída sem custos, associa-se, também, a inexistência de custos irrecuperáveis (*sunk costs*). Devido a essas características, o mercado contestável não necessita, como na concorrência perfeita, ser formado por um grande número de firmas. Pode, inclusive, conter uma única firma em

16. O conceito de **estrutura industrial eficiente** está ligado e é decorrente de uma **configuração factível e sustentável**. Lembramos a este respeito que somente uma configuração sustentável pode constituir um equilíbrio e levar à minimização de custos e que não existem planos de entrada que gerem lucros mesmo que estes sejam transitórios.

monopólio, firmas em oligopólio e duopólio ou, até mesmo, inúmeras pequenas firmas iguais. Este configura-se no caso particular da TMC, ou seja, a concorrência perfeita, que é, necessariamente, perfeitamente contestável.

Pela forma como foi construída a TMC e pela apresentação clara de seus objetivos, seus autores intencionavam torná-la uma teoria única, englobando os principais resultados de dois campos de estudo em disputa, ou seja, a Teoria Microeconômica tradicional e as Teorias da Organização Industrial, guiadas pelo norte dos modelos que sugeriam e assumiam a cadeia E-C-D. À cada passo dessa construção, feita claramente com um alto nível de abstração, a TMC passa a utilizar, gradativamente, um elegante conjunto de relações entre variáveis e apresentações gráficas das mais sofisticadas.

Por intermédio dos conceitos para firmas multiproduto procura englobar a análise tradicional, inclusive o seu principal resultado, ou seja, o padrão normativo do equilíbrio competitivo, como um caso especial. Tudo isso é feito com provas para as mais diversas proposições, determinação das medidas etc., numa apresentação ao mesmo tempo sofisticada e simples, porque perfeitamente comprehensível para aqueles que freqüentam e debatem este campo acadêmico. Com tantas medidas sugeridas e gráficos atrativos, a TMC passa a ganhar espaço e prestígio nos principais centros de estudos de economia americanos e invade os centros seguidores nos demais países.

A justificativa para essa aceitação é dada *a la Friedman* (1981), num instrumentalismo claro no que se refere à não obrigatoriedade do realismo dos pressupostos e do critério prevalecente para a teoria, ou seja, o de fazer previsões. Rica em conceitos - já anteriormente¹⁷ consagrados na academia - com vida própria, podendo ser analisados fora do contexto de mercados perfeitamente contestáveis, a TMC traz intrinsecamente à sua formação uma bagagem lotada de *insights* e projeta-se como uma teoria, se não unificadora, pelo menos frutífera, o que em Economia é um passo necessário, embora nem sempre certo ou suficiente, para sua aceitação.

17. Para referendar nossa afirmação, veja a história do desenvolvimento desses conceitos na *Introdução* elaborada por Elizabeth Bailey para o livro de BAUMOL *et alii* (1982).

Ligado fortemente a esse retorno metodológico, existe um forte apelo normativo no que diz respeito às sugestões de políticas públicas, apoiadas na justificativa de estruturas concentradas, inclusive para o monopólio natural. Estas estruturas poderiam ser apresentadas como configurações eficientes, as quais não deveriam ser importunadas com intervenções, sob o risco de injetarem ineficiência no mercado. Quanto à sobreposição às teorias da OI, a TMC apresenta-se não somente como uma teoria alternativa, mas também com um rompimento com a linha metodológica até então seguida para a análise da organização industrial. A TMC reverte também as sugestões de políticas públicas para abrandar a concentração.

Pelos agradecimentos e referências bibliográficas, as Teorias da OI a que Baumol *et alii* fazem alusão dizem respeito essencialmente às análises de Bain, que é com certeza o referencial. A peça central é, em ambas as orientações teóricas, o papel da competição potencial expressa pela análise das barreiras à entrada - por sua presença ou por sua ausência total - fundamentais num caso e no outro.

Bain trabalha a categoria barreiras à entrada em busca da **competição praticável** via redução de suas alturas, por meio de políticas públicas, bem como a provável ausência de intervenção, quando essas barreiras não existem. Sua análise salienta o papel da competição potencial, tendo em vista uma dada estrutura de mercado que prevê, como resultante, uma provável performance.

A endogeneidade apregoada pela TMC já vem carregada de vários de seus resultados. Uma vez definida a configuração factível e sustentável, com o apoio da pressão todo-poderosa da competição potencial, expressa pela liberdade de entrada e saída sem custos, justifica-se o monopólio, ou o duopólio, ou o oligopólio ou a própria concorrência como consequência endógena das decisões conjuntas, mostrando as estruturas concentradas de um mercado, se perfeitamente contestável, despossuídas dos **poderes maléficos** que impregnava a análise tradicional e a própria OI, principalmente em sua origem.

Dessa forma, a mão invisível, tentando corrigir seus descuidos causadores da concentração perniciosa, devido à incapacidade de promover a melhor alocação intertemporal de recursos, determinaria um comportamento para as firmas concentradas, ameaçadas pela entrada potencial garantida, inclu-

sive do tipo *hit-and-run*. A mão, novamente invisível, estende então seus dedos para um arranjo com as ingressantes potenciais, de modo a obrigar as firmas estabelecidas a agirem como concorrentes perfeitos, aproximando o preço do custo marginal numa configuração eficiente.

Para nós, está claro que os autores da TMC levam ao extremo o conceito de mercado como melhor alocador de recursos, ao ampliar o domínio da mão invisível. Isso é feito por meio de um rearranjo teórico, onde a competição efetiva é determinada pela competição potencial, quando condicionantes externos dominam os internos. Dessa forma, as indicações comportamentais são entendidas, em nossa apreensão, para justificar as normativas.

Esta discussão leva-nos, de forma inevitável, à avaliação das sugestões de políticas públicas, tendo em vista os critérios de promoção do bem-estar. Os referidos critérios são diretamente decorrentes das propriedades e definições da TMC, dentre as quais destacamos, como essencial, a liberdade de entrada e saída numa indústria - com o reforço da vulnerabilidade tipo *hit-and-run* - dirigindo as forças da competição. Adicionadas a estas, as demais características (lucros normais, inexistência de ineficiências etc.) reforçam as conclusões para as futuras sugestões de políticas. No caso limite, quando a entrada e saída são completamente livres, monopolistas e oligopolistas, estabelecidos numa organização industrial, podem prevenir a entrada, mas

“... eles só poderão fazê-lo comportando-se virtuosamente, isto é, fornecendo para os consumidores os benefícios que a competição, por outro lado, traria. Qualquer desvio do bom comportamento instantaneamente torna-os vulneráveis à entrada hit and run.” (BAUMOL, 1982, p. 14, grifo nosso)

De nossa apreensão da TMC, um alto nível de concentração numa indústria poderia então indicar uma virtude e não o contrário. As sugestões de intervenção via políticas públicas para mudar a estrutura da indústria seriam, nestes casos, consideradas nocivas ou mesmo anti-sociais. A **virtude** é então caracterizada, pela comparação dos resultados (sinônimos de **benefícios**), com os do equilíbrio competitivo que, no final - de uma forma ou de outra -, permanecia na nova teoria como o verdadeiro padrão normativo.

Estas conclusões, advindas da TMC e expressas em várias oportunidades pelos próprios autores, levaram à crença de uma posição contrária ao intervencionismo. É claro que, para mercados perfeitamente contestáveis, esta teoria afirma que vários problemas poderiam ser resolvidos por um mecanismo de mercado nela enriquecido e potencializado pela competição potencial severa que **vigia** a competição efetiva. Baumol e Willig (1986) respondem a estas colocações numa apreciação geral, que recolocamos aqui:

“A teoria da contestabilidade não dá sustentação seja para os intervencionistas extremos seja para os não-intervencionistas extremos. Acreditamos que a ação antitruste e a regulação têm papéis importantes a desempenhar, e que a teoria da contestabilidade pode ajudar a identificar e enfatizar aqueles papéis e dessa forma beneficiar o público.” (p.10)

Há presente aqui uma questão inerente à atribuição de uma formulação teórica como um instrumento. Os desenvolvimentos gerados pela TMC, por exemplo, foram amplamente integrados nos debates sobre a desregulamentação¹⁸ da economia americana, mesmo que seus autores negassem esta como uma de suas intenções. A forma sob a qual a TMC foi apresentada, indicando uma reversão na natureza das políticas econômicas, quando comparada à tradicionalmente tratada pela OI, induziu as conclusões de não-intervencionismo. Acreditamos que isso foi decorrência dos propósitos da TMC desde sua origem, dentre eles o de superar a Teoria Microeconômica tradicional, inclusive no que dizia respeito ao padrão normativo, representado pelo equilíbrio geral competitivo, por meio dos mercados perfeitamente contestáveis.

Esses objetivos foram trabalhados sob a ótica da mesma linha metodológica da Microeconomia tradicional, adicionado ao comportamento maximizador da firma que garantia um processo de seleção natural em economias descentralizadas, levando à configuração de estruturas de mercado eficientes

18. Veja a este respeito o artigo já citado de Elizabeth Farina.

no longo prazo. Este processo de construção teórica levou à determinação de um (novo) padrão normativo, agora representado pelos mercados perfeitamente contestáveis considerados ‘*muito mais prováveis*’ de ocorrer, segundo seus criadores.

Ao examinar a TMC, observa-se a impossibilidade de uma revolução teórica no sentido de Kuhn. Os cientistas aqui dispõem dos mesmos instrumentos metodológicos daqueles utilizados pela teoria tradicional e, no fundo, dos mesmos objetivos. O passo inicial para a investigação deveria ser dado por uma **situação-problema** à qual Kuhn denominava de **quebra-cabeça**. A solução, no caso da TMC, vem da mesma linha teórica enriquecida por novos conceitos só adaptáveis às economias modernas, concentradas, fatos estes não previstos pela Micro tradicional. À esta, foram, então, adicionados os conceitos novos de economias de escopo, economias de escala no raio, subaditividade de custos etc., referentes às firmas multiproduto, firmas reais. Uma solução para um **quebra-cabeça kuhniano** não significa, no entanto, uma revolução teórica. Aqui se configuraria, ainda, o processo de refinamento da ciência normal, nesse caso, da Microeconomia.

A comunidade acadêmica foi novamente agraciada com um corpo teórico sofisticado que teve uma ampla repercussão tanto nas simulações teóricas para mercados (provavelmente) contestáveis, como em trabalhos empíricos para a verificação de seus conceitos.¹⁹ Repercutiu também fortemente na renovação do poder de mercado exposto de forma magnificada pela força extrema da competição potencial.

Foi assim resgatada para a ciência econômica, quando objetiva a análise da organização dos mercados, a capacidade de provas matemáticas e gráficas, a utilização de proposições para serem verificadas pelo simples trato matemático das relações que as determinam e a indicação para um ‘relaxamento’ no que dizia respeito à intervenção, uma vez que “*o domínio (do mercado) deixa(va) de ser um problema.*” (SHEPHERD, 1992, p. 52)

19. Para exemplos dos desenvolvimentos teóricos e trabalhos empíricos decorrentes da TMC, veja o artigo de BAULMOL & WILLIG (*op. cit.*, 1986).

3. AS BARREIRAS À ENTRADA COMO CENTRO DA ANÁLISE PARA A DETERMINAÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL: ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

Da análise de Bain para a da TMC delineia-se uma mudança dos rumos do que chamamos Programa de Pesquisa Científica em Organização Industrial. Enfatizamos que a chave que desencadeou a formação da TMC foi o tratamento dado por Bain a uma categoria de sua pesquisa teórica, ou seja, a análise das barreiras à entrada, mediante a investigação dos determinantes das condições de entrada de novas firmas numa indústria concentrada. As condições de entrada eram ali decorrentes da situação das firmas estabelecidas na indústria - concorrência efetiva -, comparada à situação das prováveis ingressantes pela análise e pela medida da força da concorrência potencial com a estrutura da indústria sendo determinada exogenamente.

A TMC criou um ambiente novo para o trato da concorrência potencial numa indústria cuja configuração da estrutura é determinada, endógena e simultaneamente, aos vetores de preços, produção e demais decisões de firmas multiproduto. No plano conceitual, incorporou a utilização de novas categorias de análise determinantes para a formação dessa abordagem teórica. A idéia de contestabilidade é criada pelo exame das condições de entrada, levadas ao extremo da entrada livre e sem limites, com saídas sem custos. Este extremo é expresso pela materialização teórica dos mercados perfeitamente contestáveis, que apresentam resultados ótimos possíveis para qualquer configuração industrial eficiente, inclusive para estruturas concentradas seja ao nível de monopólio, oligopólio, duopólio ou, no caso especial, para a concorrência perfeita.²⁰

20. A hipótese de liberdade de entrada, sugerindo a ausência de barreiras, adicionada à saída sem custos, levou SHEPHERD (1984 e 1992) a indicar, como termo mais apropriado que **mercados contestáveis** o de '**mercados ultralivres**', que representaria melhor estas hipóteses, uma vez que nestes não existem lutas ou disputas, como poderia induzir a **contestabilidade**.

O modelo e a determinação do equilíbrio na TMC são do tipo *Bertrand-Nash*, no qual a entrada acontece mais rapidamente do que as alterações de preços das firmas estabelecidas sem condições de reagir à entrada das prováveis ingressantes. Uma das principais críticas está baseada nesta hipótese de não-reação das firmas estabelecidas e na eficiência estática que ignora o progresso técnico. Os resultados são previstos para uma dada tecnologia, sem abrir espaço às estratégias de crescimento das firmas.

Pela análise de Bain, o exame das condições de entrada numa indústria concentrada deveria ser um dos principais alvos dos formuladores de políticas públicas que objetivassem uma competição praticável e um mais elevado nível de bem-estar. A intervenção é uma decorrência desta análise e é tratada de forma clara pelo autor, o que procuramos reproduzir na reconstrução de seu esquema teórico e da metodologia que este seguiu.

O ponto crítico da análise de Bain, e de todos os trabalhos que seguem a linha de pesquisa que a adotou, refere-se à medida das barreiras, detectadas pelo exame das condições de entrada numa indústria, qualquer que fosse seu nível de concentração. Além do mais, o estudo da competição potencial foi sempre tratado de forma delicada, podendo trazer, já nos objetivos da pesquisa, uma análise impregnada pela visão de mundo dos autores. Isso se deve ao fato de que, em uma certa medida, poderia se deslocar a questão da concentração em si, expressa pela concorrência efetiva, para a possibilidade de entrada de novas firmas, reforçando o papel da competição potencial. Um tratamento cuidadoso poderia evitar que a teoria, daí formulada, fosse degenerativa já no seu princípio, transparecendo unicamente as questões normativas.

As condições exógenas, que eram incorporadas na natureza da indústria em Bain, assumem um papel apenas coadjuvante na TMC. Já os fatores endógenos, que muitas vezes eram associados apenas à formação de barreiras voluntárias, móveis, expressões do grau de concentração da indústria, reclamam o papel principal. A endogeneidade é associada simultaneamente às condições de custos e produção, num processo de ação das firmas estabelecidas, ameaçadas, ao máximo, por firmas ingressantes às quais eram fornecidas todas as condições de entrada, caso houvesse atração. Tal processo implicava uma configuração eficiente da indústria concentrada, com firmas agindo (novamente!) competitivamente.

Sem o domínio de mercado se perderia a indicação de intervenção de qualquer espécie. Os autores da TMC são, no entanto, cuidadosos, recomendando estudos meticulosos dos níveis de contestabilidade dos mercados-alvos, caso a caso. (BAUMOL & WILLIG, 1986, p. 12) Cria-se, conseqüentemente - e mais uma vez, inevitavelmente! -, um novo padrão normativo reeditado com elegância ímpar, por meio de relações sofisticadas e expressões gráficas das mais belas, jamais vistas no campo teórico da OI. A TMC constitui-se de um trabalho sofisticado, com firmas multiproduto maximizadoras de lucros, agindo mediante a análise de suas condições de custos e produção e suas restrições tecnológicas. Reedita-se o comportamento maximizador, que faz parte da heurística negativa do Programa de Pesquisa Neoclássico, fortalecendo seu núcleo rígido.

O caminho teórico seguido pelo que se denominava de Teorias da OI faz uma curva, sai da estrada da indução, das hipóteses fundamentadas no real, em busca do caminho metodológico inicial da Teoria Microeconômica, embasado na dedução. A pesquisa empírica surge como figurante, que expressa as verdades já elaboradas na abstração e que seus autores chamam de análise comportamental.

A análise das barreiras à entrada passou a exigir estudos adicionais, tratando com o comportamento estratégico das firmas para um novo exame dos fatores que originam essas barreiras, mostrando como medi-las, como identificar e determinar a força das ingressantes potenciais ou como efetivar a entrada de novas firmas etc.

A nosso ver, foi a investigação destas questões, tendo como núcleo o comportamento maximizador da firma, que levou alguns estudiosos a utilizar o instrumental da Teoria dos Jogos e aplicá-lo à análise do comportamento das firmas num jogo estratégico. Apresentaremos esta análise num trabalho posterior.²¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIN, Joe S. Relation of profit rate to industry concentration: American manufacturing, 1936-1940. *Q. J. E.*, v. 65, aug. 1951a.

21. Esta análise está feita no Capítulo 7 da tese de doutorado da autora.

- _____. Economies of scale, concentration and condition of entry in twenty manufacturing industries. *American Economic Review*, v. 44, mar. 1951b.
- _____. *Industrial organization*, 2nd ed.. New York: John Wiley & Sons, 1968.
- _____. *Barriers to new competition: their character and consequences in manufacturing industries*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BAUMOL, William J. & WILLIG, R.D. Contestability: development since the book. *Oxford Economic Papers*, Oxford, v. 38, p. 9-38, nov. 1986, suplement.
- BAUMOL, William, PANZAR, John C. & WILLIG, Robert D. *Contestable markets and the theory of industry structure*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1982.
- BAUMOL, W.J. Contestable markets: un uprising in the theory of industry structure. *American Economic Review*, v. 72, n. 1, 1982.
- BLAUG, M. *A metodologia da economia, ou como os economistas explicam*. São Paulo: Edusp, 1993.
- CALDWELL, B.J. *Beyond positivism: economic methodology in twentieth century*. Londres: George Allen and Unwin, 1984.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FRIEDMAN, M. *A metodologia da economia positiva*. Rio de Janeiro: Edições Multiplic, 1981, ano I, n. 3.
- JACQUEMIN, Alexis. *The new industrial organization: market forces and strategic behavior*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2^a ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.
- LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (eds.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: CULTRIX/EDUSP, 1979.
- MASON, Edward S. Price production policies of large-scale enterprise. *American Economic Review*, XXIX, n.1, p.64-71, mar. 1939, suplemento.
- McCLOSKEY, D.N. *The rhetoric of economics*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.
- SAMUELSON, P.A. Problems of methodology - discussion. *American Economic Review*, v. 53, p. 231-6, may 1963.
- SCHERER, F. M. & ROSS, D. *Industrial market structure and economic performance*. 3rd ed. Chicago: Rand McNally & Co, 1990.
- SHEPHERD, W.G. Contestability vs. Competition. *American Economic Review*, v. 74, n. 4, set. 1984.

- _____. Theories of industrial organization. In: FIRST, Harry, FOX, Eleanor M & PITOFSKY, Robert (eds.), *Revitalizing antitrust in its second century: essay on legal, economic, and political policy*. New York: Quorum Books, 1991. p. 37-66.
- WEISS, Leonard W. Quantitative studies of industrial organization. In: INTRILIGATOR, Michael D. (ed.), *Frontiers of quantitative economics*. Amsterdam: North Holland, 1971.
- _____. The concentration - profits relationship and antitrust. In: GOLDSHMID, Harvey *et alii* (eds.), *Industrial concentration: the new learning*. Boston: Little Brown, 1974.

Este artigo refere-se ao Capítulo 6 da tese de doutorado da autora intitulada: *Progresso e Método na História das Teorias da Organização Industrial*. Agradeço aos professores Elizabeth Farina, Ana Maria Bianchi, Sérgio Buarque de Hollanda Filho, João Sayad, Eduardo Guimarães e Sônia Dahab pelas valiosas críticas e comentários.

(Recebido em junho de 1996. Aceito para publicação em janeiro de 1997).